



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ANANINDEUA
FACULDADE DE HISTÓRIA

MADSON LISBOA DA FONSECA

**DA DEVOÇÃO LOCAL AO PATRIMÔNIO PÚBLICO: A CONSTRUÇÃO DO REI
SABÁ EM SÃO JOÃO DE PIRABAS (PA) A PARTIR DA PRODUÇÃO
ACADÊMICA**

**ANANINDEUA
2026**

MADSON LISBOA DA FONSECA

**DA DEVOÇÃO LOCAL AO PATRIMÔNIO PÚBLICO: A CONSTRUÇÃO DO REI
SABÁ EM SÃO JOÃO DE PIRABAS (PA) A PARTIR DA PRODUÇÃO
ACADÊMICA**

Artigo de Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de História do Campus Universitário de Ananindeua, Universidade Federal do Pará, como requisito final para a obtenção do título de Licenciado pleno em História.

Orientador: Prof. Dr. Wesley Garcia Ribeiro Silva.

**ANANINDEUA
2026**

RESUMO

Este trabalho analisa a produção acadêmica sobre a devoção ao Rei Sabá no município de São João de Pirabas (PA), tomando essa bibliografia simultaneamente como fonte e como objeto de investigação histórica. O objetivo central é compreender de que modo a devoção foi sendo construída, interpretada e legitimada no interior das ciências humanas, contribuindo para sua transformação de prática religiosa local em símbolo cultural e patrimônio público. Inserido no campo da História Social da Cultura e da História Social do Conhecimento, o estudo fundamenta-se nos conceitos de memória coletiva, identidade, usos do passado, patrimônio e disputas simbólicas. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico e historiográfico, baseada na análise comparativa de trabalhos produzidos entre 2007 e 2023. A análise evidencia a formação de um campo de estudos sobre o Rei Sabá, marcado por diferentes enfoques analíticos, métodos e disputas conceituais, bem como por silêncios e limites interpretativos. Conclui-se que a universidade atua como agente histórico nesse processo, produzindo discursos que participam ativamente da legitimação cultural e patrimonial da devoção, ao mesmo tempo em que hierarquizam memórias e estabilizam determinadas narrativas sobre o fenômeno.

Palavras-chave: Rei Sabá; História Social da Cultura; Produção do Conhecimento; Patrimônio Cultural; Historiografia.

ABSTRACT

This study analyzes the academic production on the devotion to Rei Sabá in the municipality of São João de Pirabas (PA), treating this bibliography both as a source and as a historical object of investigation. The main objective is to understand how the devotion has been constructed, interpreted, and legitimized within the humanities, contributing to its transformation from a local religious practice into a cultural symbol and public heritage. Grounded in Social and Cultural History and the Social History of Knowledge, the research mobilizes concepts such as collective memory, identity, uses of the past, heritage, and symbolic disputes. Methodologically, this is a qualitative bibliographic and historiographical study based on a comparative analysis of academic works produced between 2007 and 2023. The analysis reveals the formation of a field of studies on Rei Sabá, characterized by distinct analytical focuses, methods, and conceptual disputes, as well as by significant silences and interpretative limits. The study concludes that the university acts as a historical agent in this process, producing discourses that actively contribute to the cultural and patrimonial legitimation of the devotion, while simultaneously hierarchizing memories and stabilizing specific narratives about the phenomenon.

Keywords: Rei Sabá; Social and Cultural History; Knowledge Production; Cultural Heritage; Historiography.

INTRODUÇÃO

A devoção ao Rei Sabá, no município de São João de Pirabas, constitui uma das expressões mais conhecidas da religiosidade popular da região. Entidade expoente da encantaria amazônica, o Rei Sabá é compreendido como um “encantado” que habita o domínio das águas, articulando mitos sebastianistas à cosmologia local (Maués, 1995).

O município de São João de Pirabas, localizado na região do litoral nordeste do estado do Pará, integrante da chamada zona do Salgado, situa-se a aproximadamente 200 km da capital Belém, e apresenta forte relação histórica com atividades ligadas ao mar, como a pesca artesanal e o extrativismo costeiro. A formação social e cultural da cidade está profundamente marcada por processos históricos de ocupação do litoral amazônico, nos quais populações indígenas, colonizadores portugueses e comunidades afro-descendentes contribuíram para a constituição de um espaço social caracterizado por intensa diversidade cultural e religiosa (IBGE, 2022; VERAS, 2022).

Nesse contexto, São João de Pirabas consolidou-se como um importante polo de manifestações religiosas e culturais que articulam elementos do catolicismo popular, da pajelança amazônica e das religiões afro-brasileiras. Entre essas expressões destaca-se a festividade dedicada ao Rei Sabá, entidade associada ao universo da encantaria amazônica e ao imaginário sebastianista presente na região.

Associada às festividades realizadas no mês de janeiro, especialmente no dia 20, essa prática reúne elementos do catolicismo popular, da encantaria amazônica e de matrizes afro-religiosas. A celebração está vinculada ao universo da encantaria amazônica, sistema cosmológico no qual entidades espirituais, os chamados encantados, mantêm relações contínuas com o mundo humano por meio de rituais, promessas, festas e práticas devocionais. Nesse contexto, o Rei Sabá é compreendido como um encantado associado ao imaginário sebastianista, frequentemente relacionado à figura mítica de Dom Sebastião, rei português desaparecido na batalha de Alcácer-Quibir em 1578. Na Amazônia, essa tradição foi reinterpretada e incorporada às cosmologias locais, passando a integrar sistemas

religiosos que articulam elementos do catolicismo popular, da pajelança e de tradições afro-amazônicas (VERGOLINO-HENRY, 2008; VERAS, 2022).

A festividade dedicada ao Rei Sabá mobiliza diferentes dimensões da vida social, envolvendo práticas rituais, narrativas míticas, circulação de devotos e formas de sociabilidade que atravessam o cotidiano da comunidade. Mais do que um evento religioso isolado, a devoção constitui um campo relacional no qual se articulam experiências de fé, identidade coletiva, memória e pertencimento territorial. Os rituais realizados em torno do encantado expressam modos locais de compreender a relação entre humanos, natureza e entidades espirituais, revelando formas específicas de produção simbólica e de organização social. Dessa maneira, a devoção ao Rei Sabá deve ser compreendida não apenas como prática religiosa, mas como fenômeno sociocultural que participa da construção de sentidos sobre o território, a história e a identidade da população de São João de Pirabas (FREITAS; VERAS, 2020; VERAS, 2022).

Ao longo das últimas décadas, a festa se consolidou como um dos principais símbolos culturais e identitários do município, adquirindo visibilidade no espaço público e reconhecimento institucional. Paralelamente a esse processo, cresceu de forma significativa o número de pesquisas acadêmicas dedicadas ao tema, sobretudo nos campos da antropologia, da história cultural e dos estudos sobre religiosidade e cultura na Amazônia.

Apesar da riqueza dessa produção, a maior parte dos estudos concentra-se na descrição dos rituais, das entidades, da monumentalização e das práticas religiosas, privilegiando a observação direta da festa e de seus significados para os devotos. Essas abordagens são fundamentais para a compreensão do fenômeno religioso e de sua importância social, mas ainda são poucos os trabalhos que tomam essa própria bibliografia como objeto de análise histórica.

Diante disso, este trabalho parte da seguinte questão: de que modo a devoção ao Rei Sabá foi sendo construída, interpretada e ressignificada ao longo do tempo no interior da produção acadêmica? E em que medida esses discursos contribuíram para transformar uma devoção local em símbolo cultural, identitário e patrimônio público?

Para a História, tomar a bibliografia como objeto de pesquisa implica deslocar o olhar do fenômeno estudado para os modos pelos quais ele foi interpretado, narrado e legitimado no campo acadêmico. Não se trata apenas de utilizar os estudos existentes como fontes secundárias, mas de analisá-los como produções históricas situadas, atravessadas por contextos institucionais, escolhas teóricas e disputas intelectuais.

Nessa perspectiva, a produção acadêmica não aparece como um espelho neutro da realidade social, mas como parte ativa dos processos de construção de sentidos sobre o passado e o presente, uma vez que toda escrita da história envolve operações de seleção, enquadramento e interpretação (Chartier, 1990; Certeau, 2002). Ao dialogar com a história social do conhecimento, este trabalho parte do pressuposto de que os objetos de estudo não existem de forma natural ou espontânea, mas são constituídos por meio de práticas de pesquisa, regimes de validação científica e narrativas autorizadas, produzidas em espaços como universidades, programas de pós-graduação e redes acadêmicas.

Essa perspectiva permite problematizar também o papel da universidade nos processos de legitimação cultural e patrimonial. A transformação de práticas religiosas em símbolos identitários e patrimônios públicos não ocorre apenas no plano das políticas estatais ou das ações comunitárias, mas é profundamente influenciada pelos discursos produzidos pelas ciências humanas.

Ao registrar, interpretar e valorizar determinadas práticas, a produção acadêmica contribui para hierarquizar memórias, selecionar narrativas e conferir visibilidade a certos aspectos da devoção em detrimento de outros. Assim, o patrimônio não é compreendido neste trabalho como simples reconhecimento de um valor cultural preexistente, mas como um campo de disputas simbólicas, no qual se cruzam interesses políticos, projetos de memória e formas específicas de produção do conhecimento histórico (Choay, 2001; Bourdieu, 2004).

Inserido no campo da história cultural e da história social do conhecimento, este estudo compreende a devoção ao Rei Sabá como uma prática social carregada de significados, construída e mantida por meio de narrativas, rituais, registros e usos do passado. Para isso, mobiliza os conceitos de memória coletiva (Halbwachs, 2006), identidade (Hall, 2006), usos do passado e tradição (Hobsbawm; Ranger, 1997) e patrimônio cultural (Choay, 2001), entendendo que essas categorias

permitem analisar o fenômeno não como herança fixa ou sobrevivência do passado, mas como construção histórica em permanente transformação.

Dessa forma, este trabalho se distingue das abordagens que tomam a festa do Rei Sabá exclusivamente como objeto empírico de descrição ritual ou etnográfica. Sem desconsiderar a importância dessas pesquisas, a proposta aqui é deslocar o foco para os discursos produzidos sobre a devoção, analisando como ela foi interpretada, enquadrada e ressignificada ao longo do tempo pela produção acadêmica.

Assim, estudar os discursos sobre a festa significa compreender como determinadas leituras se tornaram hegemônicas, como certos sentidos foram estabilizados e como a própria ideia de patrimônio foi sendo construída e mobilizada no espaço público. Trata-se, portanto, de investigar não apenas a história da devoção, mas também a história das interpretações que contribuíram para transformá-la em objeto científico, símbolo cultural e referência identitária no município de São João de Pirabas.

O objetivo principal da pesquisa é realizar uma análise bibliográfica e historiográfica da produção acadêmica sobre o Rei Sabá, tomando como objeto de estudo um corpus diversificado, que abrange diferentes tempos e espaços institucionais.

A análise contempla uma tese de doutorado (Veras, 2022), uma dissertação de mestrado (Silva, 2007), um capítulo de livro (Vergolino-Henry, 2008), três artigos científicos (Guerra, 2014; Freitas; Veras, 2020; Veras, 2021), além de um trabalho de conclusão de curso (Ferreira, 2023). Esses estudos são analisados não apenas pelo que dizem sobre a festa e a devoção, mas também por como constroem esse objeto no meio acadêmico e por como contribuem para sua consolidação como símbolo cultural e patrimonial do município.

Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico e historiográfico, baseada na leitura comparativa e interpretativa dessa produção. Não se pretende analisar diretamente os rituais nem realizar trabalho de campo, mas estudar historicamente as interpretações existentes e seus efeitos na construção da memória, da identidade e das políticas culturais locais.

A realização deste trabalho se justifica tanto pela importância cultural da devoção ao Rei Sabá para a história regional do Pará quanto pela necessidade de fortalecer abordagens históricas em temas frequentemente tratados por outras

áreas das ciências humanas. Ao tomar a bibliografia simultaneamente como fonte e como objeto de análise, esta pesquisa busca reafirmar o papel da História na compreensão dos processos pelos quais práticas culturais e religiosas são narradas, legitimadas e transformadas em patrimônio no espaço público.

HISTÓRIA CULTURAL, MEMÓRIA, PATRIMÔNIO E USOS DO PASSADO

A proposta de analisar a devoção ao Rei Sabá em São João de Pirabas a partir de uma perspectiva histórica exige, antes de tudo, a definição de um referencial teórico capaz de compreender práticas culturais e religiosas como construções sociais e históricas. Nesse sentido, a história cultural oferece ferramentas importantes para pensar o fenômeno para além de sua dimensão exclusivamente ritual ou religiosa, permitindo analisá-lo como espaço de produção de sentidos, identidades e narrativas sobre o passado (Chartier, 1990).

Ao mobilizar conceitos como religiosidade popular, memória coletiva, identidade, usos do passado e patrimônio cultural, este trabalho explicita, nos tópicos a seguir, as bases interpretativas que orientam a análise historiográfica desenvolvida no texto. A escolha por esse conjunto de categorias não pretende “explicar” a devoção de forma totalizante, mas organizar a leitura do problema: compreender o Rei Sabá não como simples sobrevivência de tradições antigas, e sim como objeto historicamente construído, reinterpretado e mobilizado no campo cultural e político.

História cultural e religiosidade popular

A história cultural, conforme formulada por Chartier (1990), dedica-se a compreender as formas pelas quais os grupos sociais constroem e compartilham modos de interpretar a realidade. As práticas religiosas, sob esse ponto de vista, não são apenas expressões de fé individual, mas também formas de organizar a experiência social, produzir pertencimentos e atribuir sentidos ao território e à história.

Seguindo essa perspectiva, Burke (2005) enfatiza que a cultura deve ser entendida como um campo de disputas e transformações. As tradições não permanecem fixas ao longo do tempo: são continuamente reinterpretadas,

ressignificadas e atualizadas conforme necessidades simbólicas e políticas dos grupos que as mobilizam. Por isso, falar em uma religiosidade popular imutável ou essencializada tende a encobrir mudanças e reorganizações internas, mesmo quando certas práticas se apresentam como antigas.

No caso de São João de Pirabas, a devoção ao Rei Sabá pode ser compreendida como expressão da religiosidade popular amazônica que articula mito, território e experiência social, constituindo um sistema simbólico vinculado à memória local. Como indicam Silva (2007) e Guerra (2014), a festa não se reduz a um conjunto de rituais isolados, mas se inscreve em práticas públicas, procissões, promessas, deslocamentos e narrativas compartilhadas, que organizam pertencimentos e atualizam sentidos sobre a origem e a identidade do município.

Ao adotar esse enquadramento, a intenção aqui é evitar uma leitura que trate a devoção como “resíduo” do passado: interessa perceber como ela se recompõe, em permanente reelaboração, por meio de usos do passado e de formas específicas de produção cultural.

Esse processo fica mais nítido quando a devoção ultrapassa o espaço estritamente religioso e passa a ocupar o campo institucional e patrimonial. A partir de visita de campo, Vergolino-Henry (2008), observa que a monumentalização do Rei Sabá marca um momento decisivo de visibilidade urbana, em que memória, política e identidade se cruzam.

Por sua vez, Ferreira (2023), destaca o papel das narrativas orais na transmissão e na continuidade dessa tradição. Já Veras (2021; 2022) aprofunda a compreensão do Rei Sabá como campo relacional, no qual humanos, encantados e territórios participam conjuntamente da produção do ritual.

Se Silva (2007) descreveu a importância da pedra do Rei Sabá para o mundo das encantarias amazônicas, Veras sustenta que São João de Pirabas é uma cidade “afro umbandista e encantada” (Veras, 2022, p. 235). Esse tipo de formulação, tomada a sério como parte do próprio debate acadêmico, reforça que a cosmologia da festa não opera apenas como prática religiosa, mas também como espaço de disputa simbólica e de construção de sentidos no contexto amazônico.

Memória, identidade e patrimonialização

O conceito de memória coletiva ocupa lugar central na discussão promovida pelo presente estudo. Para Halbwachs (2006), a memória não corresponde a um acúmulo de lembranças individuais, mas a uma elaboração social produzida no interior dos grupos. Recordar é sempre um gesto situado no presente, sustentado por referências compartilhadas, de modo que narrativas sobre origens, milagres e entidades podem ser compreendidas como formas coletivas de organizar a experiência histórica.

Essa dimensão da memória articula-se diretamente à produção de identidades. Hall (2006) argumenta que identidades não são essências estáveis, mas processos históricos continuamente construídos por discursos, símbolos e práticas sociais. Nesse sentido, expressões religiosas e culturais funcionam como espaços privilegiados de pertencimento, nos quais se definem fronteiras simbólicas e se produzem sentidos de comunidade. Memória e identidade, por sua vez, conectam-se aos processos de patrimonialização. Para Choay (2001), transformar algo em patrimônio envolve operações de seleção e valorização: certos elementos do passado são celebrados e preservados, enquanto outros permanecem à margem ou são silenciados. O patrimônio, portanto, não se apresenta como simples herança cultural, mas como construção histórica atravessada por disputas em torno do reconhecimento público e da legitimidade simbólica.

No caso da devoção à pedra do Rei Sabá, esses referenciais permitem compreender o culto festivo não como “sobrevivência” de um passado intacto, mas como prática sustentada por memórias coletivas continuamente atualizadas.

Como aponta Silva (2007), o culto afro-religioso voltado ao Rei Sabá teve novo capítulo com a chegada de terreiros e associações afro-religiosas em Pirabas, a partir da década de 1970. O autor cita a figura do Senhor Pedrosa, personagem que ajudou a desenvolver o culto de adoração à pedra do Rei Sabá em São João de Pirabas e que, mais tarde, se vinculou ao processo de transformação do local no “Castelo do Rei Sabá” (Vergolino-Henry, 2008).

Junto com sua companheira, Pedrosa fundou a “Associação unida espírita rei Sebastião”, que ele declara afro-umbandista; com isso, “realiza os rituais de adoração e homenagens ao rei Sabá desde o início da década de 1970” (Silva, 2007, p. 112).

As narrativas sobre o encantado, seus milagres, seus castigos e sua relação com o território de São João de Pirabas constituem formas socialmente partilhadas

de atribuir sentido à devoção, revelando como a memória opera como fundamento da experiência religiosa e da construção de pertencimentos.

Como sugere Giovana Ferreira, em trabalho que discute sincretismo religioso e a memória popular sobre o rei que se torna encantado, a permanência do Rei Sabá depende, em grande medida, das histórias contadas e transmitidas no cotidiano, o que evidencia a devoção como espaço ativo de elaboração identitária (Ferreira, 2023, p. 6).

Ao mesmo tempo, a projeção do Rei Sabá como símbolo público inscreve essa prática em processos de patrimonialização marcados por escolhas e disputas. A monumentalização analisada por Vergolino-Henry (2008) e mostrada na visita de campo de Guerra (2008) expressa esse deslocamento da devoção para o espaço urbano e institucional, onde memória, identidade e cultura passam a ser mobilizadas como referências legítimas do município.

Usos do passado e disputas simbólicas

Outro conceito fundamental para este trabalho é o de usos do passado e tradição. Hobsbawm e Ranger (1997) demonstram que muitas tradições consideradas antigas são, na verdade, construções históricas produzidas em contextos específicos, associadas a necessidades de legitimação, coesão social e afirmação identitária. Isso não significa tratá-las como “falsas”, mas compreendê-las como resultado de processos históricos nos quais o passado é reorganizado e investido de novos sentidos.

No caso da devoção ao Rei Sabá, o conceito de usos do passado ajuda a compreender como a tradição se constrói por meio de narrativas que atualizam sentidos sobre o encantado, seu vínculo com Dom Sebastião e sua relação com o território de São João de Pirabas. Os trabalhos de Silva (2007), Veras (2022) e Ferreira (2023) convergem ao sugerir que a permanência da devoção depende, em grande medida, das histórias recontadas no cotidiano: o passado do Rei encantado não é apenas lembrado, mas reapropriado como fundamento de pertencimento e identidade local.

Essa mobilização do passado torna-se ainda mais visível quando a devoção é projetada como símbolo público e patrimonial. A monumentalização analisada por Vergolino-Henry (2008) expressa um marco de institucionalização da memória: a

partir da inauguração, em 20 de janeiro de 2002, do “Monumental Místico: uma pedra com contornos que lembram um homem sentado, como se estivesse meditando e mais quatro entidades das mais populares nos terreiros do Pará: “Iemanjá, Mariana, Jarina e Zé Raimundo”. (Vergolino-Henry, 2008, p. 235), iniciativa vinculada à prefeitura, a devoção passa a operar também como narrativa autorizada sobre a cultura do município.

Nesse processo, tradição e patrimônio se articulam a disputas simbólicas: ao mesmo tempo em que conferem visibilidade e reconhecimento, também envolvem seleções, silenciamentos e tensões internas, como indicam leituras mais recentes de Veras ao compreender a devoção como campo relacional e historicamente situado (Veras, 2022, p. 68).

Sendo assim, a partir dos referenciais discutidos anteriormente, torna-se possível deslocar o olhar da devoção ao Rei Sabá, enquanto prática cultural em si, para as formas pelas quais ela foi sendo construída como objeto de conhecimento dentro da academia. Mais do que acompanhar a festa apenas como expressão religiosa local, interessa observar como determinadas interpretações acadêmicas passaram a enquadrá-la, legitimá-la e atribuir-lhe estatuto de tema relevante no interior da universidade e de disputas simbólicas mais amplas.

Nesse sentido, a produção bibliográfica sobre o Rei Sabá não será tratada apenas como suporte informativo, mas como parte constitutiva do processo histórico de consagração da devoção como símbolo cultural e patrimônio público em São João de Pirabas.

A dissertação de Gerson Santos e Silva (2007), produzida na Universidade Federal do Pará, no âmbito da História Social da Amazônia, insere-se em um contexto de fortalecimento dos estudos sobre cultura, imaginário e religiosidade popular na região. Seu trabalho combinou análise documental e pesquisa *in loco*, apoiando-se também em relatos de pessoas envolvidas direta e indiretamente com a religiosidade afro-amazônica e o culto ao Rei Sabá em São João de Pirabas.

Em sua pesquisa, mais do que descrever uma crença local, o autor realiza um movimento decisivo ao transformar a devoção em problema historiográfico legítimo. Ao articular mito, território, memória social e debates acadêmicos já vigentes, desloca o fenômeno do campo do “folclore” ou da curiosidade regional para o espaço da reflexão histórica, inaugurando um modo específico de narrá-lo a partir da história cultural.

Segundo o autor, estudos anteriores no campo da antropologia, assim como textos literários, que tratam sobre a pedra do Rei Sabá e os encantados da Amazônia, indicam que o Rei Sabá é D. Sebastião (um rei encantado), configurando o monumento na praia do Castelo, na ilha da Fortaleza, como a referência mais forte do sebastianismo no Pará (Silva, 2007, p. 31).

Diferentemente da abordagem de Silva (2007), centrada no imaginário religioso e em sua construção histórica, o trabalho de Vergolino-Henry (2008), como visto acima, analisa a inauguração do Monumento Místico Rei Sabá, voltando-se a um evento público no qual religião, política, identidade e poder simbólico se articulam de forma explícita. Tal análise ajuda a compreender como a devoção atravessa um processo de institucionalização e patrimonialização, deixando de ser apenas prática localizada para ocupar o espaço urbano e o discurso oficial do município.

Nesse movimento, agentes políticos, lideranças locais e instituições culturais participam da redefinição dos sentidos atribuídos ao Rei Sabá. Ao produzir um discurso acadêmico sobre essa monumentalização, a pesquisa não apenas registra o processo: ela também reforça sua legitimidade simbólica e sua visibilidade pública.

Gutemberg Armando Diniz Guerra (2014), por sua vez, representa mais um momento na formação desse campo, marcado pela consolidação da festa como objeto de descrição sistemática. O autor registra a expectativa inicial ao receber o convite para conhecer a festividade do Rei Sabá em São João de Pirabas:

Ao ser convidado para a festividade do Rei Sabá supunha tratar-se de celebração do dia de São Sebastião, o soldado romano morto por ordem do Imperador Deocleciano no século II e venerado pelos católicos. Ao começar a ouvir as narrativas, comecei a perceber que se tratava de um sincretismo entre o culto a D. Sebastião Rei de Portugal e o soldado convertido ao catolicismo. Ao ver as imagens identificadas com o culto afrobrasileiro, e ao escutar a versão do babalorixá Raimundo (morador de Cuiarana e chefe da Tenda Espírita Mãe Mariana), entendi tratar-se de entidade construída nos moldes do sincretismo religioso afrobrasileiro, misturando elementos históricos e mitológicos, circunstanciados na Amazônia. (Guerra, 2014, pp. 264-265).

Baseado em observação direta, Guerra apresenta detalhes que englobam a festividade no dia 20 de janeiro, desde a organização para a ida à ilha da Fortaleza,

passando pelo contato com a natureza e pelo colorido das embarcações que saem da orla de São João de Pirabas e de portos de localidades vizinhas, como Cuiarana (vila do município de Salinópolis), de onde o autor embarcou rumo à ilha da Fortaleza.

Ao percorrer rituais, procissões, promessas e lugares considerados sagrados, como o monumento do Rei Sabá, que engloba a pedra do rei e as quatro imagens em concreto armado. Registra que teriam sido “construídos pela Prefeitura Municipal de São João de Pirabas, em formas de caboclos e entidades do culto afrobrasileiro” (Guerra, 2014, p. 258).

Embora situado no campo da antropologia, o texto é relevante também para a História ao funcionar como registro detalhado da festa em um recorte temporal específico. A descrição, além de informar, tende a estabilizar imagens, práticas e sentidos associados ao Rei Sabá, oferecendo base empírica mobilizada por pesquisas posteriores.

Como já mencionado, o trabalho de Giovana Ferreira (2023) representa um avanço interpretativo ao deslocar o foco para a memória coletiva, as narrativas orais e os processos de transmissão simbólica que sustentam a devoção. Ao enfatizar essa dimensão narrativa, Ferreira (2023) tensiona abordagens centradas apenas na descrição ritual ou na institucionalização do patrimônio. Além disso, ao relacionar a devoção às discussões sobre intolerância religiosa e silenciamento das matrizes afro-brasileiras, explicita conflitos e disputas simbólicas que atravessam a construção da memória e da identidade local. Dessa forma, amplia o campo de estudos ao evidenciar que o Rei Sabá não é apenas prática religiosa, mas também espaço de negociações, tensões e reivindicações por reconhecimento.

ANÁLISE COMPARATIVA: ENFOQUES, MÉTODOS, TENSÕES E SILÊNCIOS

Ler comparativamente a produção acadêmica sobre o Rei Sabá implica aceitar um ponto de partida pouco confortável, mas metodologicamente produtivo: os textos não apenas “registram” a devoção, eles a produzem como objeto inteligível e comunicável fora de Pirabas. Essa produção não se dá num vazio. Ela depende de operações de escrita: recorte, classificação, escolha de vocabulário, definição do que conta como “fonte” e do que vira “contexto” e, portanto, de regimes de autoridade e de representação (Chartier, 1990; Certeau, 2002).

O resultado não é um acúmulo neutro de dados; é um conjunto de descrições que, em graus diferentes, estabiliza imagens públicas do Rei Sabá e decide, ainda que indiretamente, o que deve ser tomado como núcleo do fenômeno.

A partir desta perspectiva, a pergunta que organiza esta seção não é “o que cada trabalho diz sobre a festa?”, mas que tipo de Rei Sabá cada trabalho torna possível. A partir daí, os contrastes ficam menos temáticos (território, ritual, monumento, narrativa) e mais analíticos: os autores divergem, sobretudo, na forma de tratar a passagem entre religião e cultura, e na maneira como a festa se inscreve, ou é inscrita, no espaço público.

A dissertação de Silva (2007) é decisiva nesse processo de constituição do objeto. Ao aproximar a encantaria de Rei Sabá de uma agenda de história cultural, o autor abre um caminho de legitimidade historiográfica: o “popular” não aparece como resto folclórico, mas como produção de sentido que merece método e debate. Há ali, entretanto, uma tensão que não é defeito; é sintoma de época e de posição: ao mesmo tempo em que a dissertação procura “dar entendimento” à religiosidade local, ela também precisa traduzir o fenômeno para um repertório acadêmico que o reconheça.

Essa necessidade de tradução fica evidente quando a explicação do Rei Sabá se ancora em parâmetros externos (sebastianismo, leituras folcloristas, antropológicas), e quando o próprio autor registra o atrito entre bibliografia e interlocução local, por exemplo, ao notar que certas versões esperadas (como a identificação direta com D. Sebastião) nem sempre são compartilhadas pelos moradores (Silva, 2007). A força do trabalho está em tornar visível essa fricção: ela sinaliza que “o Rei Sabá” não é uma entidade conceitual estável, mas um campo de versões e usos, atravessado por memória, oralidade, natureza e circulação de interpretações.

O capítulo de Vergolino-Henry (2008) reorganiza o problema ao deslocar o foco para um momento específico de monumentalização e, com isso, para uma questão de forma pública: a pedra deixa de ser apenas ponto de culto e torna-se também um dispositivo urbano-institucional que produz visibilidade. Aqui, a festa aparece menos como “tradição” em sentido descritivo e mais como acontecimento que redistribui lugares de fala: prefeitura, agentes culturais, terreiros, imprensa, visitantes.

A monumentalização, por esse caminho, não é somente um “marco” físico; ela funciona como forma de narrativa autorizada sobre o município, porque materializa uma versão da memória e a torna repetível e fotografável. Essa leitura ganha densidade quando recolocada na chave do patrimônio como construção histórica e disputa de reconhecimento (Choay, 2001).

Guerra (2014) opera de outra maneira: sua contribuição é sobretudo a produção de um registro detalhado e temporalmente localizado do que acontece no dia 20 de janeiro. O texto oferece um “corpo” empírico que permite a outros autores citar, contrastar e confirmar aspectos do evento. Esse tipo de escrita tem um efeito historiográfico importante: ao registrar percursos, objetos rituais e práticas, ele ajuda a fixar o que passa a ser reconhecido como “a festa”, e, nesse sentido, também participa da sua estabilização como objeto científico.

Ao mesmo tempo, essa mesma força descritiva pode produzir uma imagem mais integrada do fenômeno, em que conflitos internos e fraturas institucionais aparecem como ruído secundário, e não como parte constitutiva do que se descreve. É nesse ponto que as abordagens recentes tensionam o campo. Veras (2018; 2021; 2022) desloca o problema para a produção da cidade como “marcada” pela encantaria, e o faz articulando etnografia, materialidade e espaço público. Em vez de tratar a presença afro-umbandista como simples “expressão cultural”, o autor mostra como cultura, história e religião são termos mobilizados pragmaticamente e em disputa na própria cidade (Veras, 2018; 2021).

Essa virada interessa porque recoloca a patrimonialização num terreno menos consensual: quando o poder público inscreve a festa como “cultura” e “turismo”, não está apenas reconhecendo; está definindo um idioma público aceitável para a presença das religiões afro-amazônicas. A leitura de Giumbelli (2008) ajuda a nomear esse mecanismo: há modos de tornar a religião pública que passam por argumentos de diferença e por enquadramentos que ora protegem, ora domesticam o que se torna visível.

No artigo sobre a procissão e a missa, isso aparece com nitidez: o padre reivindica para São Sebastião um estatuto de “verdade” respaldado por registro histórico, e relega o Rei Sabá ao plano das “lendas” (Veras, 2021). A cena é pequena, mas teoricamente densa, porque explicita como se fabrica, no cotidiano, a fronteira entre o que pode ser reconhecido como religião legítima e o que só entra no espaço público como “cultura popular”.

Nessa direção, a proposta de Montero (2016) oferece um ganho analítico: não se trata simplesmente de “religião na esfera pública”, mas do processo pelo qual confrontos e negociações produzem certos atores como religiosos e a religião como pública. É nesse nível que o “Monumental Místico” e suas imagens quebradas, substituídas ou disputadas (Veras, 2021; 2022) deixam de ser detalhe: a materialidade do monumento torna-se índice de responsabilidades, acusações, alianças e, portanto, de política.

Freitas e Veras (2020) ampliam ainda mais a escala ao inserir a festividade num complexo mais amplo de encantaria. O deslocamento não é apenas geográfico; é conceitual. A festa passa a ser lida como extensão de uma “cosmopolítica encantada” (Freitas; Veras, 2020), isto é, como política que não se esgota na relação com prefeitura, mídia ou turismo, porque inclui também obrigações, permissões e agenciamentos com o encantado e seu território.

Essa formulação tem um efeito importante sobre a historiografia do tema: ela impede que o Rei Sabá seja reduzido a “símbolo identitário” ou a “tradição cultural” sem resto. A festa, nesse enquadramento, não “representa” uma cultura; ela compõe relações, com pessoas, com entidades, com objetos, com lugares.

A tese de Veras (2022) sistematiza essa reorientação ao insistir na convivência com seres encantados como problema teórico e etnográfico, e ao propor que a encantaria não seja tratada como metáfora, mas como modo de existência que produz territorialidades, obrigações e formas de presença. Para esta pesquisa, o interesse não é aderir automaticamente ao vocabulário da ontologia, mas registrar o que ele torna visível: aquilo que, nas abordagens mais centradas em “sincretismo” ou “folclore”, tende a ser traduzido como mistura ou como representação, aqui aparece como relação e demanda (Veras, 2022).

Ao mesmo tempo, a própria sofisticação do quadro analítico não elimina os pontos cegos do campo; ela apenas os reposiciona. A intolerância religiosa, os constrangimentos cotidianos e as formas de silenciamento, inclusive quando a festa é “celebrada” como cultura, ainda aparecem de modo irregular, embora sejam decisivos para entender por que certos atores preferem a chave da cultura e por que determinadas práticas precisam negociar visibilidade (Ferreira, 2023).

Com isso, fica mais claro o desenho do campo: há um vetor de legitimação (combate à folclorização, valorização do local, tradução acadêmica) e há um vetor de conflito (disputas de linguagem pública, hierarquias de reconhecimento, tensões

internas e institucionais). Uma leitura historiográfica que trate a bibliografia como objeto precisa segurar os dois, sem transformar um em nota de rodapé do outro.

É nesse sentido que a produção acadêmica deve ser tomada como parte do processo histórico de consagração do Rei Sabá: ao descrever, classificar e teorizar, ela participa das condições de possibilidade pelas quais a devoção circula como “tradição”, como “cultura”, como “patrimônio”, ou como “religião”, categorias que, no caso de Pirabas, não se somam pacificamente, mas se sobrepõem e se tensionam no próprio uso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho tomou a devoção ao Rei Sabá, em São João de Pirabas, como uma entrada privilegiada para compreender como práticas religiosas e culturais se constituem historicamente por meio de narrativas, disputas e formas de reconhecimento. Ao longo do texto, procurou-se evitar a leitura da festa como “sobrevivência” de um passado intacto ou como expressão espontânea de uma identidade local dada. Em seu lugar, a devoção foi tratada como prática situada, atualizada no presente, sustentada por memórias partilhadas e por relações concretas com o território, com os lugares de culto e com os diferentes atores que fazem a festa existir.

Ao aproximar memória, identidade, usos do passado e patrimonialização, a pesquisa mostrou que aquilo que se enuncia como “tradição” não é um bloco imóvel, mas um arranjo que se recompõe conforme necessidades de pertencimento, fronteiras simbólicas e enquadramentos públicos.

No caso do Rei Sabá, isso se observa tanto nas histórias contadas e recontadas no cotidiano quanto nas formas pelas quais a devoção foi sendo projetada para além dos circuitos estritamente religiosos, tornando-se referência municipal, imagem pública e, em certos momentos, objeto de políticas de visibilidade. O que se apresenta como celebração coletiva, portanto, também envolve escolhas: o que se realça, o que se omite, o que se transforma em “cultura” e o que permanece marcado como “religião”, “crença” ou “lenda”.

Um resultado importante foi perceber que o espaço público não funciona como simples cenário onde a festa acontece, mas como arena em que diferentes linguagens de legitimidade entram em tensão. A devoção circula entre registros que

ora a valorizam como patrimônio e identidade, ora a desautorizam como superstição ou narrativa menor.

Esse trânsito produz efeitos concretos: define quem pode falar em nome da festividade, quais práticas ganham centralidade, que imagens se tornam oficiais, e como se distribuem responsabilidades sobre a manutenção de lugares, monumentos e rituais. Assim, a visibilidade pública não aparece apenas como conquista; ela implica também negociações, assimetrias e, por vezes, novas formas de controle simbólico.

No plano historiográfico, a análise comparativa da bibliografia permitiu tratar os trabalhos acadêmicos não apenas como “fontes de informação”, mas como parte constitutiva do próprio processo de consagração do Rei Sabá como objeto público.

Ao descrever, registrar, classificar e interpretar, as pesquisas ajudam a estabilizar versões sobre a festividade, definindo recortes e prioridades: algumas enfatizam a dimensão ritual e a celebração; outras iluminam a monumentalização e a institucionalização; outras, ainda, deslocam o olhar para as relações, percursos e formas de convivência que atravessam a encantaria. Esse percurso não configura uma evolução linear, mas um campo em movimento, onde vocabulários mudam, problemas se refinam e certas questões permanecem em aberto.

Entre os pontos que se mantêm como desafio está a necessidade de enfrentar com maior centralidade os conflitos e tensões que atravessam a devoção: disputas internas, hierarquias locais, fricções com instituições religiosas, assim como efeitos de intolerância, silenciamento e racismo religioso. Parte do debate tende a privilegiar a festa como emblema agregador da comunidade; outra parte ressalta a potência relacional da encantaria e seus modos de existência. Uma agenda futura de pesquisa pode articular esses dois planos de modo mais direto, examinando como reconhecimento público, patrimonialização e circulação acadêmica interferem na vida cotidiana dos praticantes, nos modos de participação e nas maneiras de proteger, expor ou ocultar a fé.

Por fim, este trabalho sustenta que o Rei Sabá não pode ser reduzido a uma “tradição local” nem a um “objeto de patrimônio” tomado como evidência. Ele é, sobretudo, um ponto de encontro entre memórias, territórios, presenças e disputas de sentido. A devoção permanece ativa porque é continuamente atualizada por narrativas e práticas; e permanece controversa porque sua existência pública depende de negociações instáveis sobre o que pode ser reconhecido, em quais

termos e sob qual autoridade. Ao tratar simultaneamente a festa, seus processos de legitimação e sua produção acadêmica, buscou-se contribuir para uma leitura que reconhece a complexidade do fenômeno sem dissolvê-lo em categorias fáceis, mantendo aberta a atenção às relações concretas que sustentam a encantaria e à política do reconhecimento que atravessa o espaço público.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

FERREIRA, Giovana de Cássia Araújo. **O sebastianismo em São João de Pirabas: sincretismo religioso e memória popular de um rei que de colonizador se torna afro-brasileiro**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2023.

FREITAS, Thayanne Tavares; VERAS, Hermes de Sousa. O santo visita o rei: festividade afrorreligiosa em São João de Pirabas e o complexo da encantaria na Amazônia oriental. **Amazônica – Revista de Antropologia**, Belém, v. 12, n. 1, p. 491–513, 2020. Disponível em: periodicos.ufpa.br.

GIUMBELLI, Emerson. A presença do religioso no espaço público: modalidades no Brasil. **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 80-101, 2008.

GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. A festa do Rei Sabá em São João de Pirabas, Pará, Brasil. **Fragmentos de Cultura, Goiânia**, v. 24, n. 2, p. 253–266, abr./jun. 2014.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MAUÉS, Raymundo Heraldo. **Padres, pajés, santos e festas: catolicismo popular e controle eclesiástico: um estudo antropológico numa área do interior da Amazônia**. Belém: Cejup, 1995.

MONTERO, Paula. “Religiões públicas” ou religiões na esfera pública? Para uma crítica ao conceito de campo religioso de Pierre Bourdieu. **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, p. 128-150, 2016. DOI: 10.1590/0100-85872016v36n1cap06.

SILVA, Gerson Santos e. **Encantados da “Fortaleza” insular: D. Sebastião, natureza em uma história cultural na Amazônia**. 2007. 171 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007. Disponível em: repositorio.ufpa.br.

VERAS, Hermes de Sousa. O santo e o encantado: a procissão afro-umbandista para São Sebastião em São João de Pirabas. **Revista de Antropologia**, São Paulo (Online), v. 64, n. 3, e189653, 2021. DOI: <https://doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2020.189653>.

VERAS, Hermes de Sousa. **Convivendo com seres encantados: encontros e percursos da encantaria de Rei Sabá em São João de Pirabas, Pará**. 2022. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022. Disponível em: lume.ufrgs.br.

VERGOLINO-HENRY, Anaíza. Um encontro na encantaria: notas sobre a inauguração do “Monumental Místico Rei Sabá”. In: MAUÉS, Raymundo Heraldo; VILLACORTA, Gisela Macambira (org.). **Pajelança e religiões africanas na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2008. p. 235–263.